



NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA

Quadragésima terceira Sessão da Comissão Económica para África



COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

Quinta Sessão dos CMAEF

Reunião do Comité de Peritos da 3ª Reunião Anual Conjunta
da Conferência da União Africana dos Ministros da Economia
e Finanças e da Conferência da CEA dos Ministros Africanos
das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico

*Lilongwe, Malawi
29 –30 de Março de 2010*



Distr.:LIMITADA
E/ECA/CM/43/4
AU/CAMEF/MIN/Res/ (V)
Data: 8 de Abril de 2010

Original: INGLÊS

DECLARAÇÃO MINISTERIAL

Declaração Ministerial

Terceira Reunião Anual Conjunta da Conferencia dos Ministros da Economia e Finanças da União Africana e da Conferencia dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para África

1. Nós, Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico, reunidos em Lilongwe, Malawi, nos dias 29 e 30 de Março de 2010 para Terceira Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da União Africana (UA) e da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA).
2. Reconhecemos que o tema da Terceira Conferência Conjunta – *Promoção do crescimento forte e sustentável para a redução do desemprego e da pobreza em África* – é oportuno e pertinente, especialmente para aumentar os esforços para a materialização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), no período pós crise.
3. Constatamos que após 10 anos desde a adopção da Declaração do Milénio, os avanços registados em África rumo aos ODMs são desiguais. Notamos com satisfação os avanços registados em prol do alcance de algumas das metas, designadamente no domínio do ingresso ao ensino primário, vacinação infantil, luta contra a propagação do VIH/SIDA e da tuberculose e igualdade do género. Porém, continuamos preocupados com os avanços limitados registados em prol do alcance dos ODMs no domínio da saúde e da redução da pobreza e da fome.
4. Reconhecemos que, sem respostas políticas fortes, sobretudo aquelas que visam alcançar a segurança alimentar e a redução do desemprego, o continente não irá alcançar a maioria dos ODMs até 2015. Apelamos à adopção de uma posição comum Africana, como sendo a nossa contribuição comum para a Reunião Plenária de Alto Nível das Nações Unidas sobre os ODMs, agendada para Setembro de 2010. Além disso, reconhecemos a importância de adoptarmos medidas contra-cíclicas e de protecção social a fim de fazer face aos impactos das crises globais, sobretudo nos grupos vulneráveis.

Promoção do crescimento sustentável para a redução do desemprego e da pobreza

5. Constatamos que, apesar do notável crescimento económico do continente antes da recente crise financeira e económica, as taxas de crescimento em muitos países Africanos mantiveram-se abaixo do nível exigido para o alcance dos ODMs. Constatamos igualmente que este crescimento não tem sido acompanhado por uma redução relativa da pobreza, já que não criou empregos decentes suficientes. Por conseguinte, sublinhamos a necessidade de promover um crescimento sustentável e com base diversificada que conduza à criação de empregos e erradicação da pobreza.

6. Constatamos a nível desproporcionalmente alto de desemprego entre a juventude e o impacto dos choques externos sobre os grupos vulneráveis – mulheres, juventude, idosos e os pobres das zonas rurais – já que a maioria dos nossos países têm falta de redes e mecanismos eficazes de segurança social para a protecção destes grupos. Sublinhamos, por isso, a necessidade de medidas especiais para protecção e emprego para os grupos vulneráveis. Em particular, realçamos a necessidade de promover o emprego para a juventude e a igualdade do género no mercado de trabalho, como meio de estimular o crescimento a longo prazo e promover a estabilidade política.

7. Constatamos que o desafio que enfrentamos actualmente, é o de encontrar a forma de redinamizar, acelerar e manter o crescimento e garantir que este crescimento crie empregos decentes que resultem fundamentalmente na erradicação da pobreza no continente. Por essa razão, reconhecemos que embora a crise económica e financeira mundiais ameacem seriamente o desenvolvimento de África, ela constitui também uma oportunidade que devemos aproveitar para reavaliar a forma como temos vindo a empreender as nossas acções, a fim de criar uma verdadeira diversificação económica e transformação estrutural em África.

8. Apesar de reconhecermos a existência de muitas maneiras de reduzir o desemprego, reafirmamos que o emprego é o veículo pelo qual o crescimento pode traduzir-se em erradicação da pobreza, daí que salientamos e apelamos que sejam envidados esforços para o reforço dos vínculos entre o crescimento, o emprego e erradicação da pobreza.

9. Iremos conceber e aplicar estratégias de crescimento adaptadas às realidades específicas dos nossos países, a fim de solucionar o paradoxo do crescimento sem criação de empregos e da continuação da pobreza, através da activação dos mecanismos para um crescimento sustentável forte, criação de empregos, para promover a diversificação; prestar atenção aos factores que impulsionam o

crescimento, designadamente o capital humano, o capital físico, a tecnologia, o conhecimento e a inovação, e reforçar os factores que propiciam o crescimento, designadamente a boa governação, instituições fortes, desenvolvimento de infra-estruturas e boas políticas. Iremos promover o emprego através da planificação, empenho e massificação do emprego, aprendendo das experiências de sucesso em África e outros países e criar parcerias estratégicas com o objectivo de apoiar as nossas estratégias de crescimento.

10. Realçamos o papel crucial do investimento e desenvolvimento do sector privado na promoção do crescimento sustentável e emprego decente e, por isso, sublinhamos a necessidade de prosseguir políticas que promovam o investimento privado, especialmente no domínio da agricultura e agro-indústrias de valor acrescentado e agro-negócios, fabricação com recurso à mão-de-obra intensiva, TICs e serviços. Reiteramos também a necessidade de continuar a promover e manter um ambiente favorável aos negócios para o investimento interno e estrangeiro.

11. Reconhecemos a necessidade de prestar atenção especial ao financiamento para o desenvolvimento, diversificar as fontes para o efeito e intensificar os esforços para a mobilização. Comprometemo-nos a procurar vias mais inovadoras e eficazes para aumentar as poupanças privadas, alargar a base tributária, aumentar as receitas fiscais, melhorar a gestão das receitas provenientes dos recursos naturais e maximizar o impacto das transferências vindas do exterior sobre o desenvolvimento. Afirmamos o nosso compromisso para formular e aplicar um regime tributário justo e normas e regulamentos financeiros eficientes.

12. Constatamos a importância da planificação para o desenvolvimento e a necessidade da adopção e execução pelos nossos países de planos coerentes e bem articulados com vista a promover a transformação económica e estimular o desenvolvimento económico e social. Neste contexto, felicitamos os esforços louváveis empreendidos para remodelar o Instituto Africano de Planificação Económica (IDEP) para uma instituição Africana de desenvolvimento de capacidades para a planificação económica e para o desenvolvimento, e solicita ao instituto que continue a prestar apoio aos países Africanos no reforço das capacidades em matéria de planificação para o desenvolvimento.

13. Acolhemos favoravelmente os esforços em curso no sentido de aproximar ainda mais o trabalho de reforço de capacidades do IDEP com os programas das divisões integrantes da ECA. Nesta mesma esteira, apelamos ao Instituto a estabelecer uma relação de cooperação mais estreita com a Comissão da União Africana e outros

órgãos da UA, no seu programa geral de desenvolvimento e estratégia de execução.

14. Reconhecemos a importância do desenvolvimento do capital humano e das reformas do mercado de trabalho para estimular o investimento em emprego intensivo. Nesta perspectiva, apelamos à melhoria da coordenação e coerência das políticas entre os ministérios e departamentos para assegurar que os sistemas de ensino produzam uma força de trabalho com as aptidões necessárias no mercado de trabalho.

15. Por último, reconhecemos que a não execução das políticas e compromissos existentes tem impedido os avanços para uma transformação económica significativa, criação de emprego e erradicação da pobreza em muitas das nossas economias. Assim sendo, comprometemo-nos a implementar efectivamente os planos de acção acordados, tendo em consideração os seguintes factores:

- a. **Materialização da visão de uma África segura em termos alimentares**, através do reconhecimento do papel central da agricultura na promoção do crescimento sustentável generalizado e na redução do desemprego. Por conseguinte, comprometemo-nos inteiramente a concretizar a visão de uma África com segurança alimentar dentro de um período de cinco anos, especialmente através da adopção de políticas e estratégias que proporcionem incentivos aos agricultores (em especial os pequenos agricultores), às empresas agro-industriais e agro-negócios, a fim de lhes permitir responder à procura cada vez maior de alimentos nos mercados regionais e global. Comprometemo-nos a acelerar a implementação da Decisão da Cimeira da UA de Maputo. Apelamos às CERs no sentido de harmonizarem as suas políticas, estratégias e investimentos para facilitar e promover o comércio intra-regional no domínio da agricultura e dos alimentos.
- b. **Apoio aos países Africanos Menos Avançados (PMAs)** e aos países africanos saídos de conflitos, empenhando-se na resolução de problemas especiais que concorrem para a redução do desemprego, reforço de capacidades e prestação de apoio político. Aprovamos os resultados da reunião regional sobre a revisão do Plano de Acção de Bruxelas para os Países Menos Avançados, realizada em Adis Abeba, em Março de 2010, em preparação da Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os PMAs, agendada para Turquia, em 2011, e exortamos os PMAs Africanos a se engajar plenamente no processo preparatório da referida Conferência. Apelamos para uma parceria global renovada e forte em prol do desenvolvimento dos PMAs.

- c. ***Aceleração da integração regional*** como estratégia para o alcance do desenvolvimento socioeconómico sustentável, através da inclusão da integração regional nos nossos programas nacionais, do aumento do investimento nas infra-estruturas regionais, no quadro do Programa do Desenvolvimento das Infra-estruturas em África (PDIA) e do Programa Mínimo de Integração da União Africana (PMI). Iremos igualmente intensificar os nossos esforços tendentes a promover o comércio intra-africano, através da supressão de todas as barreiras ao comércio e do empenho para satisfazer as necessidades especiais dos nossos 15 países sem litoral. Elogiamos os esforços das Comunidades Económicas Regionais (CERs) e das outras organizações intergovernamentais pelo avanço registado na agenda de integração do continente, em especial a decisão tomada pela COMESA, a SADC e a CEA, da criação de uma zona tripartida de comércio livre e apelamos as outras CERs a seguirem este exemplo.
- d. ***Solucionar as repercussões das alterações climáticas através da integração*** das alterações climáticas nas nossas estratégias de emprego, crescimento e erradicação da pobreza em África. Exortamos aos nossos parceiros de desenvolvimento a proporcionarem a ajuda financeira, tecnológica e para reforçar as capacidades, de modo a permitir aos países africanos fazer face aos desafios das alterações climáticas, especialmente através da introdução de estratégias de adaptação eficazes como prioridade, assim como empreender acções para as atenuar.
- e. ***Prestar atenção ao desenvolvimento da estatística*** para o apoio à formulação, execução e monitorização das estratégias e planos de desenvolvimento bem como para a avaliação dos avanços registados em matéria de desenvolvimento, rumo ao alcance dos ODMs e das metas da NEPAD. Apelamos à CUA, à ECA e ao BAD a intensificarem os seus esforços no apoio ao desenvolvimento da estatística no continente. Felicitamos os países que assinaram e ratificaram a Carta Africana da Estatística e apelamos aos outros países que o façam.
- f. ***Combate aos fluxos financeiros ilícitos*** atacando a escala e magnitude dos fluxos financeiros ilícitos destinados e provenientes da África e as suas repercussões sobre o processo de desenvolvimento e apelamos aos países recipientes a instituírem medidas reguladoras e vigilância para solucionar o problema. Comprometemo-nos a aplicar fortes medidas na governação económica para estancar os fluxos ilícitos. Solicitamos também à CUA, UNECA e ao BAD que efectuem uma análise complementar da matéria e preparem uma

declaração a ser analisada na próxima conferência ministerial.

- g. **Criação das instituições financeira Pan-Africanas**, nomeadamente o Banco Africano de Investimentos, o Banco Central Africano e o Fundo Monetário Africano. Constatamos que todos os instrumentos jurídicos (o Protocolo, os Estatutos e os anexos que definem a composição do capital e o direito de voto) para o lançamento do Banco Africano de Investimento foram aprovados pelos Chefes de Estados e de Governo da UA e realçamos a necessidade imediata da assinatura e ratificação dos referidos instrumentos pelos nossos países. Apelamos aos Estados Membros, às CERs, à CEA e ao BAD a prestarem o apoio necessário aos Comités Directores responsáveis pela criação das duas outras instituições.
- h. **Nivelamento do apoio dos principais parceiros da África**, em particular o sistema das Nações Unidas, através do Mecanismo Regional de Coordenação (MRC), prestando apoio à Agenda de Desenvolvimento de África. Apelamos para o reforço do MRC e o estabelecimento de relações formais com as CERs, através da criação de Mecanismos Sub-regionais de Coordenação (MSRC).
- i. **Mobilização de apoios adicionais entre os Estados Membros, o Sistema das Nações Unidas e parceiros internacionais de desenvolvimento** para o reforço do papel do IDEP remodelado no reforço e renovação das capacidades para gestão económica e planificação para o desenvolvimento em África numa altura em que a planificação do desenvolvimento a longo prazo chega ocupar um papel crucial na estratégia de combate à pobreza dos nossos Governos e alcance de um desenvolvimento socioeconómico acelerado.

Moção de agradecimento

16. Agradecemos ao Governo de Malawi por ter acolhido a Conferência e pelas instalações excelentes postas à nossa disposição, assim como o Povo do Malawi pela sua generosidade e hospitalidade calorosa. Agradecemos especialmente a Sua Excelência o Presidente Bingu Wa Mutharika, por ter honrado a reunião com a sua presença bem como ao Distinto Senhor Ken Kandodo, Ministro de Finanças do Malawi, pela sua liderança efectiva.

17. A terminar, agradecemos à CUA e bem com à ECA pela organização, com sucesso, da Terceira Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da União Africana e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Plano e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica da África.